



A CONCEPÇÃO DE LINGUAGEM NO ESPAÇO ESCOLAR

Valdiene Aparecida Gomes¹

¹Universidade Federal de Minas Gerais/ProfLetras, valdienegomes@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta um recorte de uma pesquisa feita através de formulários estruturados direcionados a professores da área de linguagem e corpo diretivo- pedagógico de uma escola estadual de Minas Gerais. Tem como objetivo conhecer qual concepção de linguagem permeia os discursos escolares e verificar como ele se materializa no Projeto Político-pedagógico escolar. Pode-se observar que não há um efetivo diálogo entre o corpo docente e o diretivo-pedagógico para desenvolver um trabalho adequado no que tange ao ensino da língua portuguesa. As análises sobre a importância desse compartilhamento de concepção de linguagem no espaço escolar foram ancoradas nas teorias de Bakhtin (2003), Travaglia (1996/2002) e Antunes (2003), bem como nos documentos oficiais.

Palavras-chave: concepções de linguagem, Projeto Político-pedagógico, a linguagem como interação, gestão democrática.

1. Introdução

O intuito dessa investigação é conhecer qual concepção de linguagem é assumida pelos professores da área de linguagens de uma escola estadual de Minas Gerais, bem como verificar se está relatada no Projeto Político-pedagógico (PPP) dessa escola e dar destaque à importância de se ter uma consonância entre os dois discursos. Este estudo justifica-se por entender que o sucesso do aluno também depende dos discursos e das ações articuladas entre o corpo diretivo-pedagógico e o docente, além do mais é relevante que na escola se efetive a concepção de linguagem que é disseminada nos documentos legais.

Ao se discutir qual concepção de linguagem permeia o discurso do professor e o da escola, através do seu PPP, nosso olhar volta-se também para qual prática social a gestão propõe como percurso escolar. Num primeiro instante quer-se destacar a gestão como um instrumento que pode possibilitar uma ação intencional e transformadora da realidade. A Lei de Diretrizes e Base (LDB 9394/96) apresenta no artigo 3 a garantia de um princípio que seria a gestão democrática na escola, preconizando a participação dos profissionais da educação e da comunidade na elaboração do PPP.

Para além dessas prerrogativas diretivas, refletir sobre o discurso do professor e seus impactos implica revisitar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Base Nacional Comum Curricular – a BNCC, além de refletir sobre o que versam alguns autores sobre estes tópicos como Bakhtin (2003), Travaglia (1996/2002) e Antunes (2003).



2. Fundamentação teórica

Nas aulas de língua portuguesa, a concepção de linguagem que direciona o professor é de fundamental importância em sua prática pedagógica, pois segundo Antunes (2003, p. 40), “não pode haver prática eficiente sem fundamentação num corpo de princípios teóricos sólidos e objetivos”. Seguem-se as três concepções compartilhadas por Travaglia que ajudarão a compreender o papel das concepções no estudo da língua.

Segundo Travaglia (1996), na concepção de linguagem como expressão do pensamento, se a pessoa não se expressa adequadamente através da oralidade ou da escrita, é porque não pensa ou tem dificuldade. Sobre a concepção da linguagem como expressão de comunicação, versa-se sobre os papéis do emissor e do receptor, outra vez, não há foco na interação, apenas decodificação da mensagem. A língua "é vista como um código, ou seja, um conjunto de signos que se combinam segundo regras e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor" (TRAVAGLIA, 1996, p. 22).

E a última concepção entende que a língua é um instrumento de interação social, conforme afirma Bakhtin (2003, p. 271), “o ouvinte que recebe e compreende a significação de um discurso adota para com este discurso uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda, completa, adapta.” Dessa forma, não se concebe um ensino que não abarque o texto como produto da prática social materializado nos gêneros discursivos, pois cada área de atividade humana requer “tipos relativamente estáveis de enunciados” (BAKHTIN, 2003, p.262).

Seguindo nessa mesma esteira, os PCN apresentam a linguagem como o lugar de interação entre os sujeitos, o ensino de língua portuguesa deve considerar que “todo texto se organiza dentro de determinado gênero em função das intenções comunicativas” (BRASIL, 1998, p. 21).

A BNCC corrobora os PCN sobre o ensino da língua, “assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)” (BRASIL, 2016, p. 65), ou seja, pensar na linguagem como interação é ter o texto como objeto de ensino, inserido no contexto de comunicação por meio dos gêneros discursivos.

Uma maneira de assegurar que nas escolas se discuta e se efetive, no discurso e na prática do professor, a aplicabilidade da concepção de linguagem como interação é a construção compartilhada do PPP. Desse modo, uma das prerrogativas da gestão pedagógica e diretiva é



inserir a todos nessa ação, delimitando e difundindo a concepção de linguagem adotada pela escola, unindo esforços para melhorar o desempenho dos alunos no contexto escolar e social, já que o currículo também deve ser construído no PPP.

3 Metodologia

A Metodologia usada foi a utilização de dois formulários virtuais dirigidos a professores da área de linguagens do ensino fundamental II (língua portuguesa e estrangeira) e outro para a equipe diretiva e pedagógica. Segundo Gil (2002, p.137), o questionário é “uma técnica de coleta de dados que consiste em um rol de questões propostas por escrito às pessoas que estão sendo pesquisadas”.

A aplicação deste formulário objetivava conhecer qual era a concepção de linguagem adotada pelos professores, qual era a preconizada no PPP da escola e se esta concepção teria sido compartilhada entre os envolvidos. E, a partir do levantamento bibliográfico e documental, ter subsídios necessários para ancorar as reflexões numa abordagem qualitativa em razão das respostas obtidas.

Dos seis professores efetivos, apenas quatro se dispuseram a responder e dos seis da equipe diretiva e pedagógica, apenas cinco responderam. Foi feita uma análise do percentual total das respostas de cada questionário, num recorte que visa conhecer a concepção de linguagem dos entrevistados e a que é explicitada no PPP escolar.

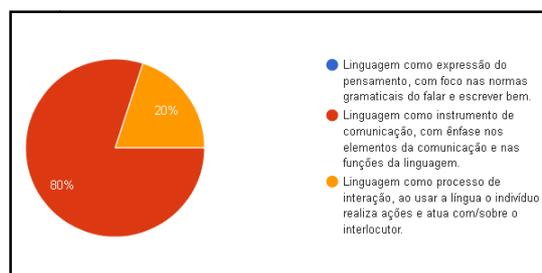
4 Análise e interpretação de dados

Segundo as informações obtidas através do questionário respondido pela equipe diretiva e pedagógica, o PPP teria sido revisado pela última vez em 2014, para reorganizar a estrutura pedagógica da escola. Porém, ao ler o PPP observei que a capa deste documento estava datada com o ano de 2018, isso demonstra que pode ter havido alguma atualização desconhecida pelos participantes.

Ao serem questionados sobre qual concepção de linguagem está presente no PPP (gráfico 1) houve discordância entre os entrevistados, pois 80% da equipe disseram que é adotada a linguagem como instrumento de comunicação e 20% disseram que seria como processo de interação.



Gráfico 1 – Concepção de linguagem no PPP escolar



Fonte: elaboração da pesquisadora

O PPP dessa escola, no que se refere ao ensino de línguas, não deixa clara em qual concepção de linguagem se ancora, cita apenas que o ensino de língua deve considerar os Conteúdos Básicos Comuns – CBC. Definir no PPP a concepção de linguagem a ser adotada na escola é evidenciar a adesão numa prática mais dialógica entre alunos e textos, o que direcionaria o discurso e a prática do professor.

Ainda sobre os dados do gráfico 1, parece que a equipe atual não tem total conhecimento do conteúdo do documento escolar (PPP), mesmo sabendo que nesse documento estão contidas as concepções da escola, sua realidade, identidade e objetivos. Tal constatação é um pouco preocupante, pois pode estabelecer um descontínuo de esforços para um mesmo fim, que é o sucesso escolar de todos os alunos.

Ao serem questionados se a concepção adotada pela escola estaria em consonância com o que pedem os PCN e a BNCC, 60%, disseram que sim e 40% disseram que talvez estivesse. Dá a entender que há um desconhecimento do que é apresentado tanto nos PCN como na BNCC, ou seja, a explicitação de que a escola deve assumir para si a concepção interacionista da linguagem, ajudando a fundamentar o ensino da língua que seja “individual e socialmente, produtivo e relevante” (ANTUNES, 2003, p. 41).

Também foi questionado se eles acreditavam que a concepção de linguagem proposta pela escola influenciaria na prática docente, 80% disseram que sim e 20% disseram que talvez. Tendo Travaglia como referência, é possível afirmar que sim, pois a concepção de linguagem do docente é muito importante, “a concepção de linguagem é tão importante quanto à postura que se tem relativamente à educação (TRAVAGLIA, 2002, p. 21)”.

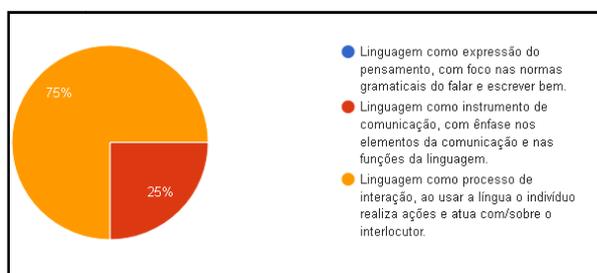
Por fim, foi perguntado se a equipe de linguagens da escola teria sido orientada em relação à concepção adotada pela escola e 60% disseram que sim e 40% disseram que não. Os



professores que fazem parte do quadro efetivo da escola chegaram, em sua maioria, a partir de 2015, assim que não estiveram presentes na construção ou revisão do PPP. É importante que o conteúdo deste documento seja compartilhado com a equipe docente sempre que houver mudanças tanto no documento como na própria equipe.

Os professores que participaram têm entre cinco e dez anos de experiência, 75% fizeram outros cursos além da graduação há menos de um ano. Ao responderem sobre a concepção de linguagem (gráfico 2), 75% disseram adotar a linguagem como interação e 25% como instrumento de comunicação. Vemos a maioria dos professores dizem assumir para si um discurso de terem o ensino da linguagem como uma atividade interativa e social.

Gráfico 2 – Concepção de linguagem (grupo de professores)



Fonte: elaboração da pesquisadora

Também 75% deles afirmaram não terem recebido orientação da equipe diretiva ou pedagógica sobre a concepção de linguagem adotada pela escola e 25% não se lembram. Apesar de o PPP desta escola não trazer uma clareza no que se refere à adoção de uma concepção de linguagem, é relevante que toda decisão tomada em conjunto seja assumida por todos, conforme alerta Pimenta, “resulta da construção coletiva dos atores da educação escolar. Ela é a tradução que a escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas” (PIMENTA, 1991, p.79).

Alinhar o discurso/prática do professor ao que está apregoado no PPP é garantir, de certa maneira, que se integrem atividades relacionadas à leitura, à escrita e ao ensino gramatical, possibilitando ao aluno, conforme salienta Antunes, aprender os padrões gramaticais através dos diversos gêneros discursivos (ANTUNES, 2003).

5 Considerações finais

Muitos são os fatores que podem influenciar na garantia da aprendizagem dos alunos, porém, segundo Antunes (2003, p.39), “toda atividade pedagógica de ensino do português tem



subjacente, de forma explícita ou apenas intuitiva, uma determinada concepção de língua”, desse modo, a concepção teórica do professor precisa somar forças às concepções teóricas da escola expressas através do PPP, para isso é necessário que ocorram com mais frequência discussões e troca de informações, ainda mais quando os servidores são do quadro efetivo da escola. Garantir que todos se esforcem para trilharem o mesmo caminho é proporcionar aos alunos seu sagrado direito de aprender e, mais que isso, se posicionar criticamente na sociedade, através das diversas e diferentes oportunidades de leitura, para que o aluno possa ter um bom repertório discursivo e desenvolver sua capacidade de ler além do texto e de escrever com mais competência.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei N. 9394/96. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional (Diário Oficial da União, 1996.).

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – Documento preliminar. MEC. Brasília, DF, 2016.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. **Questões sobre a organização do trabalho na escola**. Série Ideias n. 16. São Paulo: FDE, 1991.

MINAS GERAIS. Escola Estadual Herbert José de Souza – Betinho. **Projeto Político-pedagógico**, 2018.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.